

PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: INTERESSES E CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO DE OURINHOS/SP⁴⁰

Alessandra dos Santos Julio⁴¹
Marcio Rogério Silveira⁴²

RESUMO

O artigo busca analisar o modo como às novas políticas públicas de planejamento urbano estão sendo implantadas nos municípios brasileiros. E mais precisamente qual é o impacto destas políticas no espaço intra-urbano destes municípios, especialmente, a segregação socioespacial. Essas novas políticas, a que nos referimos, tratam-se das medidas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e regulamentadas no Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº. 10.257 de 2000). O instrumento base que materializa todas estas medidas é o Plano Diretor, definido pelo Estatuto da Cidade como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Estatuto da Cidade salienta a necessidade da participação da sociedade civil no planejamento e na gestão do urbano, como forma de alcançar um real desenvolvimento e crescimento socioespacial com cumprimento da função social da cidade. Na pesquisa o enfoque maior será relegado ao município de Ourinhos/SP. O estudo de caso servirá como base para compreendermos empiricamente estas diretrizes. Assim, o que nos cabe analisar, a partir do caso do município de Ourinhos, é o efeito concreto das novas políticas de planejamento participativo.

Palavras Chave: Planejamento Urbano. Plano Diretor, Segregação Socioespacial. Espaço Urbano. Ourinhos/SP.

URBAN PLANNING AND SOCIAL SPATIAL SEGREGATION: INTERESTS AND CONFLICTS ON THE URBAN SPACE OF OURINHOS/SP

ABSTRACT

⁴⁰ Pesquisa integrante do Projeto de Pesquisa Regular: Dinâmica Produtiva Regional e Transferência de Recursos Privados para Infra-Estruturas Públicas no Território Paulista: a Região de Ourinhos (Financiada pela FAPESP).

⁴¹ Estudante de Graduação Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Ourinhos-SP, alessandrajulio@yahoo.com.br Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Ourinhos-SP, marcio@ourinhos.unesp.br

⁴² Professor Titular Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Ourinhos-SP, marcio@ourinhos.unesp.br

The article tries to analyze how the new public politics of urban planning has been implanted in the Brazilian countries. And more specifically what is the impact of these politics on the intra-urban space of these countries, especially, the social spatial segregation. These new politics that we are talking about are the bounds established by the Constituição Federal of 1988 and established on the Estatuto da Cidade (Lei Federal No 10.257 of 2000). The basic instrument that materializes all these establishments it's the Plano Diretor, defined by the Estatuto da Cidade as a basic instrument of the development politics and urban expansion. The Estatuto da Cidade emphasizes the necessity of participation of the civil society on the planning and on the management of the urban, as a way to reach a real development and social spatial growing with the accomplishment of the social function of the country. At the search the more important focus will be transported to the country of Ourinhos/SP. The study of case will serve as a base to understand empirically these standards. So, what befits to us is to analyze, with the case of Ourinhos/SP, the concrete effect of the new politics of participated planning.

Key Words: Urban Planning. Director Plan. Social Spatial Segregation. Urban Space. Ourinhos/SP.

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea é uma formação híbrida resultado da ação de uma diversidade de agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano. Um dos agentes responsáveis é o Estado que, por vivermos em uma democracia, é representante do povo e deve assim atender aos interesses da sociedade. Dentro das responsabilidades do poder público está a intervenção no espaço urbano a fim de construí-lo e organizá-lo de forma planejada, de acordo com as necessidades do município e visando ao bem-estar de toda a população.

A ação do Estado na produção do espaço urbano é bastante complexa visto que sua atuação não está neutra às contradições da sociedade capitalista. Para o direcionamento das intervenções e gestões do espaço urbano o Estado tem disponível, segundo a legislação urbanística federal, estadual e municipal, uma variedade de instrumentos como tributos, zoneamentos, parâmetros urbanísticos, leis e planos diretores. Todos esses instrumentos têm por objetivo que a cidade cresça de forma ordenada e se desenvolva socioespacialmente.

No que tange ao planejamento urbano, ou seja, à organização da cidade de forma a prever a sua evolução e assim se precaver de problemas futuros, o principal instrumento atualmente é o Plano Diretor. A Constituição Federal de 1988 (art. 182) destaca que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município, a fim de definir a função social da cidade. Da mesma forma, a Constituição de 1988 atribui maior autonomia aos municípios, reconhecendo a

sua capacidade de organização e a necessidade de um planejamento que considere as particularidades existentes em cada município.

Assim, durante o artigo enfocaremos a ação do Estado, através especialmente dos planos diretores, como um agente que contribui com a existência e manutenção da segregação socioespacial.

Seria errôneo, sem dizer simplista, colocar a segregação socioespacial como fruto apenas das políticas públicas, quando ela é na verdade também resultado de uma correlação de forças e atores, produzindo e reproduzindo o espaço urbano. De forma que a segregação socioespacial não é um fenômeno novo na estrutura urbana, mas tem sido acentuada nos últimos anos, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Essa seqüela é decorrência direta da relação entre urbanização e os mecanismos de reprodução do capital, os quais engendraram mudanças significativas na economia e na sociedade.

Assim, o estudo do planejamento urbano no município de Ourinhos torna possível entender a complexidade das relações estabelecidas entre as políticas públicas, os interesses do capital e a organização do espaço de uma cidade de porte médio. O município de Ourinhos está localizado no sudoeste do estado de São Paulo, na divisa com o estado do Paraná (médio Vale do Paranapanema) e destaca-se como um importante centro regional (sede da região do governo de Ourinhos) devido, principalmente a suas atividades econômicas (comércio, indústrias e agropecuária) e ao entroncamento logístico (ferroviária e rodoviária). Essa região do estado apresenta poucos estudos. Em Ourinhos, particularmente, não foram encontrados trabalhos referentes ao papel do planejamento urbano na produção do espaço urbano e na formação de espaços segregados. Portanto, o respectivo estudo é pertinente, pois não só pode chamar a atenção do setor público para áreas que necessitem de maiores investimentos, como também contribuir com a população em geral, ao questionar se o Plano Diretor possui viabilidade de execução ou se limita a um texto utópico e/ou segregacionista, que segue a lógica de “planos mitos” apresentada por Villaça (2004).

PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Compreender o processo de urbanização é ao mesmo tempo compreender o processo de evolução do pensamento e do ideário da sociedade, uma vez que, “pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano”. Assim, para entender o

“fenômeno urbano” é necessário entender a sociedade e seus problemas (CARLOS, 1994, p. 24). Lefebvre compreende a cidade como uma construção inter-reativa entre o espaço e as relações sociais. Daí compreender que se deva falar em “socioespacial”.

Frente às conturbações e contradições concretizadas no espaço urbano foram propostos vários planos urbanísticos na tentativa de ordenar a cidade. Os modelos elaborados sempre foram impostos de cima para baixo – Estado/povo – objetivando uma cidade ideal. E, apesar dessas constantes intervenções, é perceptível que as tantas formas de intervenção no espaço não conseguiram resolver os conflitos sociais geradores desses territórios contraditórios.

O processo de reforma urbanística no Brasil se iniciou nos primórdios do séc. XX. Nesse momento histórico ela seguia os modelos europeus do Urbanismo Modernista, os quais prezavam pelo embelezamento das avenidas centrais, colocação de praças, parques e a higienização com a construção de instrumentos de saneamento. Tanto as modernizações quanto a construção das primeiras cidades novas brasileiras seguiam esse modelo no qual “a inspiração era fundamentalmente européia e mais marcadamente francesa” (REZENDE, 1999 *apud* MARICATO, 2000, p.137). Dentre essas intervenções de “modernização” podemos destacar a Reforma Passos no Rio de Janeiro, a remodelação do bairro do Recife (bairro portuário de Pernambuco) e os Planos de Melhoramentos da capital de São Paulo.

De base conservadora e positivista, essas reformas urbanísticas importadas da Europa representaram de forma bastante arbitrária um modelo de segregação socioespacial e de favelização que perdura de maneira análoga até os dias atuais. Fruto de um processo que colocava a recém-nascente burguesia capitalista e o segmento médio urbano no centro da cidade e os pobres na periferia, destacando-se as encostas dos morros e as áreas pantanosas (no caso do Rio de Janeiro) e longe do centro urbano (no caso de São Paulo). Todas essas intervenções tinham por resguardo a idealização de uma cidade ideal, porém de acordo com o interesse da classe dominante. Assim, as questões sociais eram totalmente ignoradas e, ao mesmo tempo, parte da sociedade era negligenciada.

As fortes mudanças no processo de ocupação e produção do solo urbano, decorrentes da industrialização que se iniciava no Brasil a partir da década de 1950, definiram novas formas e necessidades de planejamento. Principalmente, quanto às necessidades advindas do grande contingente populacional recém-chegado aos centros urbanos, vindos do campo.

Com a mudança do regime político brasileiro decorrente do Golpe Militar em 1964, o país passou a ser regulado por um regimento que procurava manter a “ordem” e a “segurança nacional” com mãos de ferro. Conseqüentemente, o planejamento urbano foi conservador porque também procurou manter a ordem econômica, social e política da época e acabou por seguir a lógica do período histórico conhecido como os anos do *welfare state* (Estado de Bem-Estar Social)⁴³. Nas palavras de Maricato (2000, p. 126):

[...] o planejamento urbano ganhou a herança positivista, a crença no progresso linear, no discurso universal, no enfoque holístico. Da influência keynesiana e fordista, o planejamento incorporou o Estado como a figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social, e um mercado de massas.

Assim, durante o regime militar, principalmente na década de 1970, o planejamento urbano foi institucionalizado nas administrações municipais “com a missão de promover o desenvolvimento integrado e o equilíbrio das cidades, em um contexto de explosão do processo de urbanização” (ROLNIK, 2001, p. 115).

Essas diretrizes, que vigoraram até os anos de 1980, desenvolveram um complexo industrial, proporcionando ao Brasil o apelido de “ilha da prosperidade”. Logo, o desenvolvimento de novas técnicas e a formação de uma indústria de base fortaleceram a mecanização da agricultura. Um dos efeitos diretos dessa mudança na base econômica foi a expulsão dos trabalhadores do campo e, por conseguinte, a atração desses para as grandes áreas urbanas⁴⁴.

Com a crise do estado capitalista, na década de 1980, as estratégias de planejamento reinantes também enfraqueceram:

(...) em outras palavras ele representa a substituição de um “planejamento forte”, típico da era fordista, por um “planejamento fraco” (muita gestão e pouco planejamento), o que combina bem com a era do pós fordismo, da desregulamentação e do “Estado Mínimo” (SOUZA, 2002, p. 31).

Frente a uma imensa dívida externa, o país, através das elites dominantes, optou por abandonar o modelo de “desenvolvimento coordenado” e aderir ao “Consenso

⁴³ Todavia, devido ao tipo do regime militar brasileiro, as políticas de planejamento financiadas pelo Estado seguiram uma linha desenvolvimentista para dar aporte às indústrias (parques industriais, pólos industriais e tecnológicos), à integração territorial (rodoviarização) e às grandes empresas estatais (Petrobrás, Eletrobrás e Siderbrás). Fato comprovado pelos investimentos nas superintendências de financiamentos regionais para as macrorregiões (SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUDESUL) e outros espaços (Polamazônia, Polonordeste, entre outros).

⁴⁴ Ainda, destaca-se, a ampliação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), para os trabalhadores rurais.

de Washington” e ao projeto neoliberal. Como, conseqüência observou-se um enfraquecimento do planejamento regulatório estatal, justificando a incorporação de idéias mais flexíveis da ideologia neoliberal. Fatos que foram amplamente assegurados nos governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. No mesmo período, houve uma maior concentração da pobreza urbana e ampliação da desigualdade social.

NOVOS RUMOS NA POLÍTICA URBANA BRASILEIRA

Na década de 1980, o aumento das discussões quanto às políticas públicas e à ampliação do número de instituições e movimentos populares, que lutavam por uma cidade mais digna, culminaram com a promulgação de uma política de desenvolvimento urbano prevista na Constituição de 1988. Nos artigos 181 e 182, ela esboça pleno ordenamento e desenvolvimento das “funções sociais da cidade e garantia de bem-estar aos seus habitantes”.

A partir dos anos 1990, os planos diretores ganharam ares de solução de todos os problemas urbanos. Além disso, as políticas públicas passaram a dar maior importância a um tipo denominado de planejamento “mercadófilo”, já que, nesse estilo é priorizada a capacidade da cidade em atrair investimentos ao passo que os interesses sociais são postos de lado em favor dos interesses do capital, ou seja, nenhuma abertura à participação popular (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

Com a necessidade de se estabelecer as diretrizes básicas de política urbana para o país e a regulamentação dos capítulos urbanos da Constituição de 1988, foi aprovada, em 2001, a Lei N° 10.257 – Estatuto da Cidade. Esse documento representa um grande avanço nas discussões quanto às ações e intervenções no urbano, visando constituir-lo realmente em um ambiente justo para toda a população.

Em 2003, o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva deu mais um importante passo no sentido de melhorar as políticas urbanas brasileiras ao criar o Ministério das Cidades, órgão responsável pela disseminação e aplicação do conteúdo do Estatuto, sobretudo para viabilizar a produção de planos diretores para os municípios que se enquadram dentro das características delimitantes da obrigatoriedade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

Paralelo a essa realidade, o processo de real participação da sociedade na gestão do município ainda esbarra em outros obstáculos. Rapidamente podemos citar

alguns, como o “analfabetismo urbanístico” (MARICATO, 2000) da população, assim como de seus direitos, a influência do capital imobiliário, conflitos de interesses, pressões de setores da elite local, entre outros.

Sendo a segregação social a principal característica do atual modelo urbano, o Estatuto coloca em dois pontos a melhor distribuição de serviços e atendimento com regulação fundiária à população excluída, objetivando com isso um real desenvolvimento socioespacial. No entanto, apesar do Estatuto da Cidade determinar essas diretrizes aos planos diretores, ele não determina a sua total eficácia e a sua aplicação no município como um todo (zona rural e urbana).

Portanto, no Brasil, de forma geral, o que falta não são leis. Ao contrário, essas existem e, apesar de ainda haver desfalques, elas procuram ditar as normas para um uso racional do espaço e dos recursos naturais. Todavia, elas esbarram na falta de vontade política e nos conflitos de interesses. O planejamento urbano e o Plano Diretor não devem ser encarados apenas como leis, mas como uma resposta a problemas locais, pois da mesma forma que essas leis e mecanismos urbanísticos são reflexos de modelos regionais, nacionais e mundiais, os problemas e desigualdades socioespaciais são manifestações locais (com peculiaridades e especificidades) de problemas e eventos em âmbito regional, nacional e mundial.

No presente estudo, portanto, observaremos o resultado prático-empírico e a adequação de tais normas e instrumentos de planejamento urbano ao município de Ourinhos.

OURINHOS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL MUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO.

A expansão da produção cafeeira e a ampliação da malha ferroviária para o oeste paulista nas últimas décadas do século XIX foram os fatores primordiais no processo de urbanização da região de Ourinhos. Esses aspectos foram relevantes e decisivos para a criação de quase todas as cidades da região. Ourinhos nasceu da expansão das estradas de ferro para oeste do estado de São Paulo, mas, precisamente, com a inauguração da Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1908.

Os primeiros moradores⁴⁵ foram os trabalhadores da frente da Estrada de Ferro Sorocabana que assentaram os trilhos e desmataram a área. As casas desses moradores serviram de base para a formação do núcleo urbano do futuro município (DEL RIOS, 2007).

Com a ocupação da região por grandes fazendas, logo a população se tornou considerável. A Vila se desenvolveu em torno da linha férrea, inicialmente como pousada aos viajantes e trabalhadores da linha e posteriormente como moradia dos imigrantes japoneses, libaneses, italianos, espanhóis e de outros povos em números menos expressivos, atraídos pela expansão cafeeira.

Em decorrência de pretensões políticas de muitos moradores, sobretudo dos fazendeiros, em 1918 o “Distrito de Paz Ourinho” passou à situação de Município de Ourinhos (DEL RIOS, 1992).

Na expansão da área urbana, se destacou o senhor Jacinto Ferreira de Sá que em 1908 expandiu suas terras com a compra da Fazenda Furnas. De posse das terras, Jacinto de Sá iniciou o loteamento de parte de sua fazenda, dando o primeiro passo na construção do centro da cidade. “Em condições urbanísticas inovadoras, traçado retilíneo, avenidas e ruas largas, diferenciando Ourinhos das cidades mais antigas do estado” (DEL RIOS, 1992, p. 19). Em poucos anos Ourinhos viria a se tornar a maior cidade da região.

Em jornal da década de 1930, era perceptível uma preocupação com as características e com a remodelação urbana principalmente no centro da cidade. Esse movimento já havia sido demonstrado, em 1927, com a inauguração do primeiro Coreto da Praça Mello Peixoto, principal praça da cidade, e também com a demolição de muitos prédios de madeira e com a colocação de sarjetas nas ruas, durante a administração do prefeito José Galvão. Essa preocupação com o “embelezamento” era uma característica da época, pois, ainda predominava o conceito de urbanismo europeu e mais particularmente o francês, conforme exposto inicialmente (MARICATO, 2000).

Apesar do princípio de loteamento dos bairros e essa aparente preocupação com a melhoria das condições físicas, principalmente do centro, até 1940 o município era predominantemente rural. O comércio e a dinâmica da cidade se concentravam na Avenida Jacinto Ferreira de Sá. O Senhor Jacinto de Sá e sua família, com o decorrer do

⁴⁵ Não estamos aqui considerando os indígenas que ocupavam a região - Caiuás, Xavantes e Coroados - que por direito são realmente os primeiros moradores da cidade, contudo, não encontramos estudos fundamentados que possibilitem uma melhor afirmação quanto aos mesmos na cidade.

tempo, tornaram-se os maiores especuladores fundiários do espaço urbano de Ourinhos/SP.

Em 1950, observamos a instalação das principais indústrias da cidade, que continuam até hoje como importante fonte de empregos. Nesse momento, o município já possuía uma população de 21.085 pessoas (10 637 homens e 10 448 mulheres), segundo o Censo de 1950. Desse contingente, 13.457 moravam na área urbana no município. O IBGE já fazia alusão nessa data à existência de uma área urbana e suburbana⁴⁶, que conjuntamente somavam 4.271 imóveis. Como infra-estrutura, a cidade já possuía 39 ruas pavimentadas com paralelepípedos, basicamente as ruas da área central. Dos imóveis, 4.506 eram servidos por iluminação pública, assim como 150 ruas. Desses prédios, 3.600 tinham água e 1.055 possuíam rede de esgoto.

A partir de 1950 as estratégias de mobilização e produção de planos municipais foram amplamente aplicadas à legislação, de modo que se iniciava nesse momento a preocupação com a elaboração de planos também para o município de Ourinhos. Após 1950 foram elaborados exatamente seis planos para o município de Ourinhos: Planificação Municipal de Ourinhos (1953), O Plano de Padre Lebret (1955)⁴⁷, Plano de Desenvolvimento Integrado (1967), Projeto Cura (1980), Plano Diretor Físico (1982) e Plano Diretor Participativo (2006).

Em 1953, seguindo-se a tendência da época, foi publicado o texto de Planificação Municipal de Ourinhos, organizado por Antônio Delorenzo Neto. O documento é fruto dos estudos encomendados pelo prefeito Carmelino Caló para a elaboração da reforma administrativa e reforma geral da legislação municipal em 1952. A Lei de Planificação, conforme seu próprio texto dispõe “trata-se de um recurso anual para custear todos os estudos de planejamento de acordo (sic) com as etapas estabelecidas na Lei respectiva”.

Essa iniciativa seguiu os padrões da época, porquanto, os planos urbanísticos eram voltados para toda a cidade e apresentados em lei formal. Dessa forma, “abriga-se algo mais próximo a um Código de Urbanismo, reunindo normas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (GOMES, 2006, p. 20).

É interessante destacar ainda um trecho da introdução da respectiva lei:

⁴⁶ É relevante destacar que o jornal municipal a Voz do Povo de 1942, apresentava a zona suburbana como sendo a Vila Odilon e a Vila Margarida que são exatamente as áreas povoadas que saem do eixo da Avenida Jacinto Sá e pátio da ferrovia.

⁴⁷ Trataremos mais detalhadamente dos planos elaborados pelo Padre Lebret, no Brasil, em um futuro artigo.

Nestas condições, em cumprimento à disposição do Art. 27, itens I e II, da Lei de Planificação aprovaram-se contratos para o levantamento aerofotogramétrico do município, e elaboração do Plano Diretor. Importa salientar que os serviços do Plano Diretor, cuja última fase será o Plano de Urbanismo, será precedido de levantamento e pesquisas que permitirão a análise das condições locais geográficas, econômicas e sociais, revelando a relação entre o município e a região em que se situa (1954, p.16).

Portanto, o conceito de Plano Diretor para Ourinhos, como conjunto de equipamentos e instrumentos urbanos que visem à “ocupação racional do território municipal”, não é algo novo. O prazo para conclusão do plano de urbanismo era de cinco anos, com previsão de contratação de uma empresa para o serviço técnico especializado.

O segundo plano tratava-se, portanto, da segunda etapa do Plano de Planificação. Ele foi elaborado para a cidade sob a coordenação do Padre Joseph Louis Lebret em 1955 – ano seguinte à publicação do Código de Planificação – e foi encomendado pelo prefeito Carmelingo Caló como continuidade ao projeto de planificação.

O Padre Lebret possuía uma idéia diferenciada de zoneamento, que envolvia conceitos economicistas e humanistas, algo novo para a época (anos de 1940). Nessa década, ele organizou na França o movimento Economia e Humanismo, como forma de introduzir um modo de pensar a contribuição ao desenvolvimento social a partir da economia, com base nas idéias de São Tomás de Aquino. Segundo o próprio Lebret, uma “economia humana”. Ele também criou, nos anos de 1940, o escritório SAGMACS (Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais).

A segunda etapa do projeto de Planificação foi cumprida apenas no papel e todo o investimento realizado em diagnósticos e estudos não alcançou nenhum retorno para a população. Segundo os entrevistados, Antônio Carlos Gregório e Aldo Matachana⁴⁸, o plano não foi colocado em prática devido a sua complexidade, alto custo e falta de continuidade por parte do governo seguinte.

Em 1965 Carmelingo Caló retornou como prefeito e retomou alguns projetos. Com o objetivo de efetivar as diretrizes expostas na Planificação de 1954, ele

⁴⁸ Entrevista concedida pelo ex-prefeito Aldo Matachana Thomé, no dia 22 de Maio de 2007, em Ourinhos/SP.

reorganizou o Código de Posturas, o Código Tributário e a Reforma Administrativa. Seguindo as determinações da época, aqui descritas por Marisco (2001, p. 278):

É a partir de sessenta que a prática do planejamento se torna institucionalizada, ou seja, passa a fazer parte de um programa nacional de planejamento dos núcleos urbanos no país, tendo o Governo Federal como o principal agente desencadeador desse processo. O planejamento passa a ser concebido como um modelo a ser seguido, a partir da definição de “roteiros básicos” para a elaboração de planos diretores.

O “planejamento integrado”, conforme seu próprio nome procura salienta, propunha uma inter-relação entre os aspectos físicos, sociais, econômicos e institucionais, contrapondo-se aos planos físico-territoriais reinantes até então, ou seja, elaboração de planos com fins estéticos e sanitaristas. Esse novo modelo foi uma tentativa de pensar o crescimento da cidade considerando os novos “problemas urbanos”, decorrentes das alterações que se promulgaram no Brasil a partir de 1950 com a industrialização e a urbanização.

No município de Ourinhos, o sentido integrado do plano não foi considerado e as ações que resultaram do Plano Integrado ignoraram os problemas sociais da cidade. Como fruto desse plano, observamos apenas o alargamento de algumas avenidas da cidade e asfaltamento. Fica claro, portanto, o desinteresse em buscar um desenvolvimento e crescimento urbano coerentes com as necessidades de todos os cidadãos.

Em 1980 a Prefeitura Municipal de Ourinhos iniciou a elaboração do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) a qual teve a participação de uma equipe interna, a consultoria da Structura S.A. (consultoria de engenharia) e recursos do BNH (Banco Nacional de Habitação).

No caso de Ourinhos, o recurso foi utilizado para pavimentação de ruas, construção de praças e parques infantis nos bairros Jardim Ouro Verde, Jardim América e Jardim Itamaraty, além do Centro Social Urbano que fica no bairro Vila Nova. De modo que não observamos uma concentração de investimentos em apenas uma determinada região da cidade.

Até esse período, podemos observar que o planejamento urbano no município de Ourinhos, principalmente ao que tange à legislação municipal, seguiu a lógica das medidas que vigoravam no país e no estado de São Paulo, as quais eram fruto do

contexto histórico e político do período. Entretanto, na prática, poucas medidas saíram do papel.

Mas, apesar desses planos que remetem ao planejamento urbano, somente em 1982 o município teve um Plano Diretor Físico aprovado. O Plano Diretor de 1982 estabeleceu, através de seus artigos, os instrumentos de produção e uso do espaço urbano, como o parcelamento do solo e o zoneamento. Ele destacou o zoneamento, demarcando o espaço urbano em sete tipos de zonas de usos diferentes. De forma enumerativa e técnica foram colocadas as características admitidas em cada zona. Da mesma forma foram dispostos os padrões a serem seguidos quanto à elaboração de um loteamento ou outro tipo de ocupação do solo. No entanto, os dispositivos do referido Plano Diretor não chegaram a ser efetivados. Uma vez que, no ano seguinte à promulgação do plano, o novo prefeito, sancionou a Lei N ° 2.435, que dispõe em seu Art. 1º: Fica revogada em todos os seus expressos termos a Lei n° 2.408, que institui o Plano Diretor Físico do Município de Ourinhos.

Concomitantemente, em 1984, foi aprovada a Lei N ° 2.548 que dispõe sobre o parcelamento de terrenos, ocupação dos lotes edificáveis e zoneamento do município, entre outras providências. Estritamente técnica, ela dispõe as especificações para loteamentos, construções e aberturas de vias públicas. Assim, o município de Ourinhos efetivamente não teve um Plano Diretor em seu termo conceitual, ou seja, que visasse a um desenvolvimento socioespacial. Como também teve pouca aplicação prática dos planos de Planejamento Urbano, elaborados para o mesmo. Ao que tudo indica não saíram do papel. Contudo, ainda, necessita-se de um melhor aprofundamento empírico que confirmasse tal hipótese. Hipótese esta que confirmaria a teoria de Villaça (2004, p. 224):

Pelo menos durante cinquenta anos – entre 1940 e 1990 – o planejamento urbano brasileiro encarnado na idéia de plano diretor não atingiu minimamente os objetivos a que se propôs. A absoluta maioria dos planos foi parar nas gavetas e nas prateleiras de obras de referência. A maioria dos pouquíssimos resultados que produziram é marginal nos próprios planos e mais ainda na vida das cidades às quais se referiam.

A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR EM 2006

Acompanhando a determinação do Estatuto da Cidade, o município de Ourinhos, que apresenta uma população de 98.868 mil habitantes⁴⁹, concluiu o Plano Diretor Participativo em 26 de dezembro de 2006, sancionada como Lei Complementar Nº. 499. Uma nova tentativa de dispor diretrizes que conduzam o crescimento ordenado e sustentável e que sirva de base para as políticas públicas do município para os próximos 10 anos. Apesar desses objetivos, lembremos que primeiramente essa elaboração do plano está pautada em uma exigência do Governo Federal.

No início do ano de 2006, a prefeitura municipal de Ourinhos começou uma campanha de divulgação do Plano Diretor da cidade, com o intuito de divulgar o que vem a ser um Plano Diretor e de que forma a população poderia estar participando da construção do mesmo.

No entanto, durante a elaboração do Plano Diretor Participativo de Ourinhos não foi observada uma forte participação da população ourinhense, apesar da divulgação realizada pela prefeitura. Então, como se pensar em um plano participativo sem a presença da população?

[...] um plano diretor não pode contentar-se em ser apenas uma disciplina do crescimento físico ou da datação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global das cidades, buscando orientá-la no interesse das maiorias (SANTOS, 2005, p.126).

Para averiguar a real participação popular no município de Ourinhos realizamos um trabalho de campo. De maneira a verificar o grau de conhecimento dos cidadãos a respeito do conceito de Plano Diretor e, mais precisamente, sobre o Plano Diretor Participativo de Ourinhos. Elaboramos um questionário e aplicamos este aos moradores de vários bairros da cidade⁵⁰, procurando atingir todas as classes, nos mais distintos bairros.

Em análise aos resultados percebemos um desconhecimento, por parte da população, quanto à elaboração do Plano Diretor Participativo de 2006, como podemos observar no Gráfico 1.

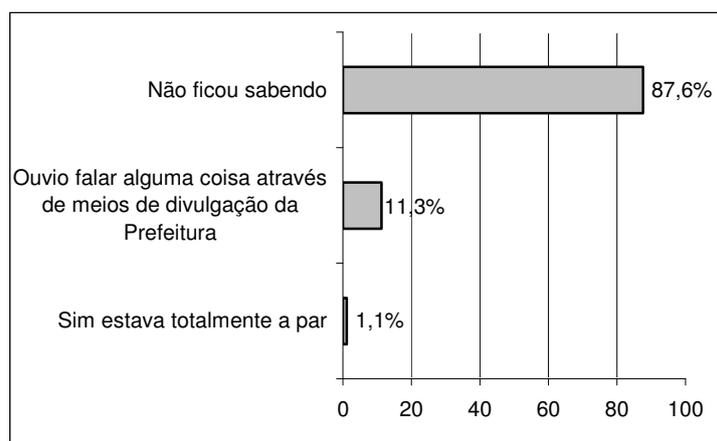
Ele demonstra que 87,6 % dos entrevistados não ficaram sabendo das reuniões na Câmara Municipal e apenas 11,3 % tomaram conhecimento quanto às reuniões,

⁴⁹ Fonte: Censo Populacional, IBGE, 2007.

⁵⁰ Foram entrevistadas 490 residências distribuídas nas quatro zonas do município (zona norte, zona sul, zona leste, zona oeste), entre os dias 02 e 08 de Julho de 2007, representando um percentual de 1,72% das famílias residentes – domicílios particulares (28.366), segundo o Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

sendo que deste percentual apenas 1,1% estava totalmente informado do assunto, no que diz respeito à natureza e ao objetivo das reuniões e também relativo a datas e horários.

Gráfico 1- Conhecimento sobre a elaboração do Plano Diretor Participativo de 2006 (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

A participação da população é de extrema importância pelo fato dela conhecer, mais do que qualquer agente da prefeitura ou empresa contratada, as deficiências e necessidades do bairro em que vive. Todavia, a realidade que permeia os chamados planos participativos é contrária a esse ideal e o que se verifica, como exemplificado através do caso de Ourinhos, é a soberania do interesse de poucos sobre o interesse da maioria. Esse contexto é muito mais complexo, visto que a maioria da população não tem total entendimento de seus direitos e da importância e eficácia de sua participação na política do município, não se vendo como parte integrante do sistema e sim à mercê do mesmo. Essa conjectura pode ser a explicação do porquê apenas 5,27%, dos 12,4% dos entrevistados que ficaram sabendo das reuniões para levantamento de propostas para o Plano Diretor, participaram de alguma reunião.

A “Participação Popular” conferiria um toque de democracia, igualdade e justiça social às decisões políticas. Ela passou a ser divulgada como uma espécie de vacina contra a arbitrariedade, a prepotência e a injustiça. Com ela, todos tornar-se-iam iguais perante o poder público. É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo – querendo ou não – procura inculcar na opinião pública (VILLAÇA, 2005, p.52).

De modo que o Plano Diretor ficou muito aquém de um verdadeiro plano participativo. Ele até procura seguir as medidas estipuladas pelo Ministério das Cidades, contudo, em relação à participação popular, empiricamente essas medidas não foram aplicadas. Ainda existem os problemas decorrentes da não efetivação do mesmo, ou da realização de parte, de acordo com o interesse de alguns, como ocorreu nos planos que o antecederam. Por isso, o presente interesse em acompanhar o mesmo e verificar a viabilidade de ser colocado em prática e, sobretudo, o interesse do Poder Executivo em dar continuidade.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM OURINHOS

Temos procurado apresentar as relações entre o planejamento urbano e a atual conjuntura das cidades brasileiras, nas quais a maior parte da população urbana encontra-se à margem da economia capitalista, a ponto de Souza (2004, p.32) defender que a “segregação exige o controle e a organização do espaço para manter uma ordem sócio-espacial elitista e excludente”.

Lojkine (1997), Corrêa (1995) e Carlos (1994) concluíram que a segregação é fruto da estratificação em níveis sociais decorrentes da divisão social do trabalho dentro da economia capitalista. Igualmente observamos que o planejamento urbano como prática não social foi amplamente utilizada para justificar ações segregacionistas desse tipo. Dessa forma, após o levantamento e as devidas considerações sobre os planos que foram construídos para a cidade de Ourinhos, principalmente o Plano Diretor Participativo de 2006, tecemos algumas ponderações sobre a existência de uma segregação socioespacial no município. Essa análise nos parece pertinente ao estudo por concordarmos com Carlos (1994, p. 95):

As contradições sociais emergem, na paisagem, em toda a sua plenitude, pois aqui os contrastes e as desigualdades de renda afloram, já que o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe. O acesso a habitação e aos meios de consumo coletivo serão diferenciados segundo a camada social que se localizará e morará de modo diferenciado na cidade.

O trecho acima remete à descrição de modo indireto da segregação socioespacial. Em termos conceituais, Castells (2000, p. 250) observa que é “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e

com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade não só em termos de diferença, como também de hierarquia”.

Lojkin (1997) define três tipos de segregação: 1) no nível da habitação, confrontando a oposição entre o centro e a periferia; 2) no nível dos equipamentos coletivos, confrontando-se as sub-localidades dos loteamentos populares às superestruturas dos condomínios da classe alta e; 3) no nível de transportes, com o esfacelamento das conduções coletivas em contraste com o aumento dos automóveis e melhoria de determinadas vias públicas.

No entanto, percebe-se que esses tipos estão entrelaçados, de modo que uma região ao ser privilegiada, seja por interesse do capital imobiliário ou do poder público, a ela se destinará todo e qualquer tipo de investimento, sendo verdadeira também a afirmação: “isso decorre do interesse em valorizar áreas específicas da cidade”.

Corrêa (1995, p.62) observa que a expressão espacial das classes sociais é o resultado do “diferencial de capacidade que cada grupo tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e a localização”. Fica claro, portanto, que a habitação tornou-se uma mercadoria⁵¹, possuindo “valor de uso e de troca” (CORRÊA, 1995 p.62). Frisando-se que existe uma dinâmica no espaço, ou melhor, dinâmica do próprio capital, a qual pode valorizar ou desvalorizar uma determinada região, conforme reintegra Kowarick (1979, p. 82):

A dinâmica da produção dos espaços urbanos ao gerar uma melhoria cria simultaneamente milhares de desalojados e desabrigados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária.

Em face de tais determinações, Corrêa (1995) chama a atenção para os agentes produtores e reprodutores do espaço urbano e, por conseguinte, da segregação socioespacial:

- em primeiro lugar, estão os próprios cidadãos, as classes de menores rendas. Como tentativa para solucionar a questão de como e onde morar, são obrigados a procurar a moradia mais barata ou o local mais em conta para a construção de seu imóvel, enquanto a classe dominante, utiliza-se da autosegregação, na medida em que constroem condomínios fechados em zonas periféricas⁵² da cidade, em áreas com

⁵¹ No Brasil, a terra torna-se mercadoria, mais precisamente, no ano de 1850, com a “Lei de Terras”.

⁵² Neste sentido o termo vincula-se à idéia de áreas descentralizadas e nas bordas dos centros urbanos, destinada à expansão urbana.

amenidades. Em contrapartida tem-se a exclusão do restante da população, ou seja, uma “segregação imposta”;

- em segundo, têm-se os proprietários e as incorporações imobiliárias que, ao controlar o mercado de terras, são diretamente responsáveis pelo alto custo de lotes próximos ao centro ou com amenidades e boa infra-estrutura;
- em terceiro, os proprietários dos meios de produção, que necessitam de diferentes espaços que atendam as suas necessidades de acordo com as atividades;
- por último, temos o Estado, no caso a Prefeitura Municipal, já que cabe a esta a formulação de leis e organização do espaço urbano de forma democrática, sustentável e com justiça social. Na verdade, é nisto que vem a incidir a Constituição de 1988 e, mais precisamente, o Estatuto da Cidade. Ao dar maior autonomia aos municípios, eles cobram, como objetivo principal do planejamento urbano, o desenvolvimento das funções sociais⁵³ da cidade.

Lojkine (1997), assim como Carlos (1994), no trecho acima, entende o Estado como agente determinante na configuração do urbano. Para ele, segregação urbana é entendida como um mecanismo do Estado para garantir a adequada reprodução do capital e da força de trabalho. De maneira que a planificação serviria não para a democratização da cidade, mas para o acesso limitado de determinados setores da sociedade. Transformando o direito à cidade em privilégio de alguns, ou seja, compondo um forte processo de segregação. Ainda que a política urbana não se dê através de planos, nem por isso deixa de responder à lógica da segregação social.

(...) Agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classe, o Estado monopolista vai, portanto, refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbano. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias (LOJKINE, 1997, p. 193).

A participação do Estado é também relevante quando compreendemos que tanto o planejamento quanto a segregação são questões essencialmente políticas, devido à correlação de forças na produção e reprodução da cidade.

⁵³ Art. 1º Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Portanto, nessa relação entre agentes e processos que contribuem na produção da segregação socioespacial, o poder público tem papel fundamental, mas temos que ter claro que ele está inserido em um contexto que é na verdade “o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseado nos mecanismos de apropriação privada” (CARLOS, 1994, p. 89).

Essa discussão conceitual incorpora e auxilia na construção do nosso objetivo de compreender a produção do espaço do município de Ourinhos, que por sua vez está embicado nessa realidade e, portanto, é “manifestação espacial” do atual sistema. Como observa Harvey (1980, p. 59), “qualquer intenção de entender os mecanismos geradores de desigualdades de renda deve, por isso, consistir em compreender o processo político que opera numa cidade”. Dessa forma, o estudo e o diagnóstico empírico da segregação socioespacial no município se faz pertinente por partir das relações sociais (políticas) que culminaram para a atual conjuntura organizacional do município.

A ANÁLISE ESPACIALIZADA DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE OURINHOS

Ainda são poucos os trabalhos que buscam compreender a organização do espaço e a segregação nas cidades de porte médio. Isso nos ficou claro ao procurarmos por uma metodologia para o trabalho que objetivamos realizar. De modo que para a identificação da segregação socioespacial neste município buscamos trabalhar com base nos estudos de metrópoles a partir das análises de Préteceille e Ribeiro (1999), Kowarick (2004) e Sabatini (2004).

Assim, em Ourinhos escolhemos realizar uma análise primeiramente com três variáveis, quais sejam, renda, educação e ocupação a partir dos setores censitários, concordando com as abordagens de Kowarick (2004, p.96):

Sem dúvida nenhuma, as razões socioeconômicas parecem constituir o elemento básico das formas diferentes de apropriação do espaço. Ou seja, o triângulo ocupação/renda/educação, elementos que andam juntos, é a forma básica que leva à apropriação do espaço.

Após as considerações em tópico anterior sobre a miríade de variáveis responsáveis pela segregação, acreditamos ser as razões socioeconômicas a base para a compreensão do espaço tal como está organizado atualmente e igualmente concordamos com Kowarick (2004) sobre os melhores parâmetros para essa identificação. Contudo, do ponto de vista geográfico, não levar em consideração fatores conjunturais, que da

mesma forma caminham para a apropriação e uso diferencial do espaço, seria um estudo pobre ou falho. Portanto, optamos por anexar a essas três variáveis o estudo do padrão construtivo das habitações e a disponibilidade de equipamentos coletivos e infraestrutura. Esta opção também se deve por acreditarmos que as três primeiras variáveis não dão conta de exprimir a ação do Estado no espaço intra-urbano de Ourinhos, o que renegaria toda a introdução e o objetivo desse trabalho em observar o papel dos planos urbanísticos e de desenvolvimento na segregação sócio-espacial da cidade.

PADRÃO CONSTRUTIVO DAS HABITAÇÕES

Apesar do relatório de pré-diagnóstico do Plano Diretor Participativo de 2006 fazer alusão à inexistência de “problemas graves na questão habitacional (...), não se registrando a existência de habitação subnormal como favelas e cortiços”, em trabalho de campo foi possível diagnosticar a existência de muitas residências que estão em condições precárias.

Devido a sua recente história, a cidade possui uma grande quantidade de imóveis de madeira, principalmente nos bairros mais antigos, como a Vila Perino, a Vila Margarida e a Vila Nova. De tal maneira que muitas, com o passar dos anos e somadas às ações intempéricas, apresentam-se em péssimas condições. Sendo assim, a citação no texto do pré-diagnóstico quanto à não existência de residências subnormais pode ser discutida, sobretudo, porque isso se reflete no Plano Diretor bem como auxilia no processo de segregação. Apesar disso, é relevante que realmente não exista favela no município⁵⁴.

O tamanho e a qualidade das habitações também fazem parte do processo de segregação, já que os segmentos de baixa renda, por falta de opção e de condições financeiras, são levados a obter a casa própria em conjuntos habitacionais devido, principalmente, à possibilidade de financiamento, representando, para muitos, a única forma de acesso à moradia na área urbana.

Contudo, as casas nesses loteamentos são padronizadas e pequenas. De modo geral, a política habitacional está voltada aos interesses das indústrias de construção civil e do setor financeiro juntamente com o Estado (federal, estadual e municipal nas ações político-partidárias e nos sistema de assistencialismo social) num jogo de interesses visando ao maior lucro e provocando territórios diferenciados.

⁵⁴ Tomando por favela a definição do IBGE, que a descreve como um aglomerado de pelo menos cinquenta barracos, em uma ocupação juridicamente “ilegal” de terras.

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez, estimula assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação empurra a maioria da população para as periferias e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos (...) (SANTOS, 1990, p. 123).

Todos esses fatores e particularidades (tipo de loteamento, local, histórico e interesses públicos e privados) de ocupação conduziram à predominância de um padrão construtivo em determinados bairros. Mas, enfatizamos a expressão “determinados bairros”, já que a cidade de Ourinhos apresenta de modo geral uma heterogeneidade de padrão construtivo em determinados bairros, principalmente os do centro e alguns bairros populares.

DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS E INFRA-ESTRUTURA.

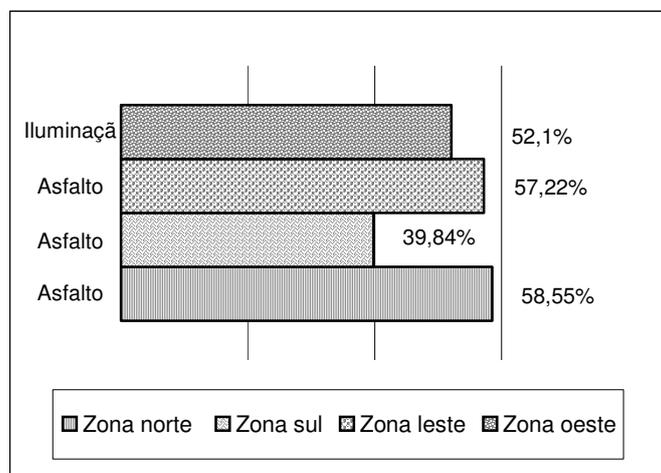
Considerando toda a lógica capitalista que procuramos expor, Lojkin (1997, p. 183) observa o não interesse do capital pelos meios de consumo coletivo. A seu ver, a maioria dos meios de consumo é supérflua pelos capitalistas: “Enquanto os meios de circulação material e social são condições necessárias da reprodução do capital, os meios de consumo coletivo só intervêm no nível da reprodução da força de trabalho”. Por isso, a distribuição dos equipamentos coletivos e infra-estruturas seguem a lógica da distribuição da população.

No caso específico da cidade de Ourinhos praticamente todos os bairros apresentam água, iluminação, esgoto e asfalto. Contudo, verificou-se que a qualidade desses equipamentos não é totalmente satisfatória, principalmente quanto ao asfalto e à iluminação.

Durante trabalho de campo, que possibilitou a análise da participação popular no Plano Diretor de 2006, realizamos também uma pesquisa qualitativa com os moradores dos bairros visitados, a fim de verificar a opinião dos mesmos quanto aos equipamentos coletivos disponíveis e à infra-estrutura dos locais de moradias dos mesmos. No entanto, apesar de visualmente se observar uma grande deficiência nas infra-estruturas e equipamentos coletivos públicos, a maioria dos entrevistados considera de boa qualidade os respectivos equipamentos. Os melhores serviços, segundo os entrevistados, são: a água, a rede de esgoto e a rede de transporte. O gráfico 2

apresenta a opinião dos entrevistados⁵⁵ quanto aos maiores problemas nos bairros em que residem.

Gráfico 2- Equipamentos mais deficientes na opinião dos entrevistados (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Pudemos, também, evidenciar as péssimas condições do asfalto relatadas pelos moradores, que nesse caso não se restringem apenas a um determinado local, já que o asfalto de toda a cidade está em péssimas condições.

RENDA, EDUCAÇÃO E OCUPAÇÃO.

Conforme supracitado, muitos bairros em Ourinhos não apresentam uma homogeneidade quanto ao padrão construtivo. Apesar disso, é possível uma classificação dos bairros quanto ao padrão habitacional. Contudo, se faz pertinente uma avaliação socioeconômica dos mesmos, pois existe uma concentração das famílias com maiores condições financeiras na região oeste da cidade.

Nossa análise começa pelo mapa da renda (Figura 01). Nesse mapa podemos observar a distribuição da população de acordo com a renda média das famílias. A figura mostra que a população com renda entre 2 e 5 salários mínimos se concentra na região norte e sul, exatamente onde estão vários conjuntos habitacionais. Ao mesmo tempo, as famílias com renda entre 5 e 10 salários se encontram dispersas pela cidade. Confirmando a hipótese levantada, as pessoas com maior renda estão na região oeste e pela figura podemos ver também uma concentração dessas pessoas no trecho que vai do centro em direção ao sul, onde estão os bairros Vila Moraes (reduto de clínicas) e a Vila

⁵⁵ Refere-se às mesmas 490 residências que foram entrevistadas, entre os dias 02 e 08 de Julho de 2007, citadas no subcapítulo anterior.

Matilde. Ao mesmo tempo, conforme destacado, quanto às residências, a região com menor renda é onde está localizado o bairro Guaporé.

Figura 1- Mapa de renda na cidade de Ourinhos



Fonte: Estatcart, IBGE, Censo 2000.

Os dados do grau de instrução dos moradores, nossa segunda variável censitária, vêm reafirmar a hipótese. Na região oeste e no centro, o número de analfabetos é de apenas 5%. Ao mesmo tempo, conforme vai se afastando dessa região para a periferia, o número de analfabetos aumenta. Índice que apresenta um número expressivo nos bairros Vila Industrial (zona leste) e Guaporé (zona norte).

Fazendo uma inter-relação entre todos os pontos levantados durante o trabalho e sobrepondo as variáveis censitárias e os outros dados levantados em trabalhos de campo e entrevistas com os mapas dos bairros, culminamos com a figura final que sintetiza a questão da segregação socioespacial no município de Ourinhos. Metodologicamente para a construção do mapa, consideramos quatro valores para cada

variável, todos em ordem crescente, ou seja, as melhores condições valor 1 até 4 para as piores condições. Culminando na seguinte tabela:

Tabela 1- Classificação final dos bairros de acordo com as variáveis

Pontos	Classificação quanto ao nível de segregação
1 à 4	Inexistência de segregação
4 à 8	Baixo nível de segregação
8 à 12	Moderado nível de segregação
12 à 16	Alto grau de segregação

Através do mapa podemos analisar que o nível de segregação socioespacial do município de Ourinhos é menor no centro e na região oeste, aumentado de conforme vai se distanciando destes espaços. As regiões com maiores níveis são leste e norte, os bairros com nível 15, cor mais escura do mapa são os mais segregados.

Destacamos que nenhum bairro alcançou a primeira classificação, ou seja, inexistência de segregação, isto se deve a variável infra-estrutura. A cidade de forma geral apresenta problemas com relação a iluminação ineficiente e asfalto esburacado, isso afeta a todos os moradores sem exceção, mesmo os que moram em condomínios fechados e possuem segurança, áreas verdes e asfalto de boa qualidade dentro do condomínio.

Figura 2 - Nível de segregação social, segundo os bairros de Ourinhos



Fonte: Pesquisa de Campo; Estatcard - IBGE, 2000.

Organização: Alessandra dos Santos Julio

O PLANO DIRETOR FRENTE À REALIDADE MUNICIPAL

Foi possível diagnosticar que existem regiões no município que são segregadas de acordo com fatores específicos. Consciente ou não dessa realidade, a lei do Plano Diretor Participativo de 2006 trás em um de seus artigos a necessidade de:

Art. 09. Inciso IV - Reverter o processo de segregação sócio-espacial na cidade por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, e da urbanização e regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, visando à inclusão social de seus habitantes (Lei, 4923 de 05 de Janeiro de 2006).

Esse artigo fomenta uma discussão quanto à abrangência e aos objetivos do Plano Diretor Participativo. De modo que esse empreendimento social não depende

apenas da boa vontade política, mais se faz necessário uma ação conjunta entre todos os agentes responsáveis pela produção do espaço. A mesma ainda esbarra em problemas de ordem econômica, como um orçamento municipal capaz de suprir tais necessidades, além de todos os conflitos que permeiam as políticas públicas já abordadas nesse trabalho.

Podemos observar que no município de Ourinhos um dos fatores que contribuiu para a diferenciação social e espacial foi a não efetivação dos planos urbanísticos ou desenvolvimentistas projetados para a cidade. Vários trabalhos foram realizados, onerando gastos públicos, mas não foram concluídos. Pragmaticamente alguns foram iniciados, mas não concluídos. Não podemos afirmar como estaria Ourinhos se os planos tivessem se realizado. Entretanto, podemos pensar o último plano e realizar algumas projeções.

Como verificamos o problema não está somente durante a construção dos planos, mas também na gestão dos mesmos pelo poder público. Como definição de gestão fundamentamos a de Souza (2002, p.46): “a gestão é a efetivação, ao menos em parte, das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir”. O que impele um cuidado em observar a aplicação das diretrizes exposta no Plano Diretor que foi nosso objeto de estudo.

Já se passou um ano da data de publicação da lei de aprovação do Plano Diretor Participativo e poucas das diretrizes nele estabelecidas estão se realizando efetivamente. Da mesma forma, as ações públicas e particulares, interferentes no espaço urbano, não estão sendo pautadas nas diretrizes do Plano Diretor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Ourinhos, particularmente, demonstrou um fator relevante para a não efetivação dos planos elaborados para a cidade, qual seja, o fator político. A descontinuidade de projetos e interesses entre uma administração e outra faz com que o que foi iniciado seja ignorado e reiniciado do zero após a eleição. Portanto, o que prevalece não é o planejamento urbano ou o cumprimento do Plano Diretor e sim o programa de campanha do prefeito eleito. As promessas de campanha não são adequadas ao planejamento urbano pré-estabelecido e sim o planejamento é adequado aos programas de campanha do candidato eleito e de seu partido. O resultado é o prevalecimento da “indústria” de planos diretores e descontinuidades graves de sua execução.

Com vista nessa realidade, procuramos realizar uma avaliação geográfica da organização espacial de Ourinhos, visando compreender as contradições desse espaço urbano à luz do planejamento municipal. Grande salto foi dado no sentido de diagnosticar a segregação socioespacial na cidade. A ponto de podermos afirmar que as contradições encontradas no espaço intra-urbano de Ourinhos são de responsabilidade do poder público municipal, porém, não somente desse, mas o papel desse agente é extremamente marcante.

Fator relevante para esse estudo é a mutabilidade do espaço urbano decorrente das necessidades da sociedade e das mudanças nos tipos de uso do solo. No acompanhamento empírico, nos ficou claro a falta de comprometimento com algumas necessidades da população. Daí a importância de um trabalho que relacione o “espacial produzido com o social existente”.

Muitas questões foram levantadas quanto aos problemas sociais e quanto à visão que os moradores da cidade têm sobre a mesma. Nosso objetivo, ao realizar as pesquisas de campo, era comprovar a hipótese de que a população não estava informada sobre a elaboração do Plano Diretor Participativo de 2006 e descontente com as infra-estruturas dos bairros. Contudo, nos deparamos com uma realidade ainda mais preocupante, qual seja, a falta de informação dos mesmos quanto aos seus próprios direitos e a falta de interesse sobre a política pública municipal.

Acreditamos, portanto, ser um tanto quanto idealista supor a concretização de todas as diretrizes estabelecidas nesse último plano. Contudo, deveriam prevalecer os interesses da maioria sobre os de uma minoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único - desmanchando consensos. **Petrópolis: Vozes, 2000.**

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor participativo: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. **2 ed. Coordenação geral de Raquel Rolnik e Otilie Machado Pinheiro. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano. **São Paulo: Ed. USP, 1994.**

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. **Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.**

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. **São Paulo: Ática, 1995.**

DEL RIOS, Jefferson. **Ourinhos: memórias de uma cidade paulista.** São Paulo: IMESP, 1992.

DELORENZO NETO, Antonio. **A planificação municipal de Ourinhos.** [Rio de Janeiro]: Serviço de documentação do departamento administrativo do serviço público, 1954. (Textos de Direito de Administração Municipal;1)

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento. São Paulo: 1947 – 1972.** São Paulo: Ed. USP, 2005.

GOMES, Marcos Pinto Correia. **O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO: Após o Estatuto da Cidade.** Rio de Janeiro: 2006

GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergamin; NUNES, Marcelo. Cidades médias: território da exclusão. **Cidades: Revista Científica.** Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n .4, 2004.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. **São Paulo: Hucitec, 1980.**

KOWARICK, Lucio. In: Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. **São Paulo: v. 24 n. 45 jan/jul 2004.**

LEFEBRE, Henry. O direito à cidade. **São Paulo: Centauro, 2001.**

LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. **2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.**

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. **In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia.** A cidade do pensamento único - desmanchando consensos. **Petrópolis: Vozes, 2000.**

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. A experiência local em planejamento municipal a partir da elaboração do Plano Diretor de desenvolvimento integrado do município de Presidente Prudente. **In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.).** Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. **Presidente Prudente:[s.n.], 2001, p.121-137.**

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. **São Paulo: Martins Fontes, 1998.**

PREÈTECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **Revista Brasileira Ciências Sociais.** FALTOU A CIDADE DE PUBLICAÇÃO: FALTOU A EDITORA, v. 14, n. 40, jun.1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS. **Pesquisa de leis municipais.** Disponível em: <<http://www.camara-ourinhos.com.br/ourinhos/>> Acesso em: 09 fev. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS. Plano estratégico: relatório de textos e mapas. Ourinhos, 2006.

ROLNIK, Raquel. Planejamento e gestão: um diálogo de surdos? In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Estatuto da Cidade. Mariana Moreira (Coord.). São Paulo, 2001.

SABATINI, Francisco; GONZALO, Cáceres; CERDA, Jorge. Segregação Residencial nas Principais Cidades Chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação. **In: Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: v. 24 n. 45 jan/jul 2004.**

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. **São Paulo: Ed.Edusp, 2005.**

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. **Petrópolis: Vozes, 1982.**

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. **Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.**

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glaucio Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais. **São Paulo: Ed. Unesp, 2004.**

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: **DÈAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos.** O processo de urbanização no Brasil. **São Paulo: Ed. USP, 2004.**

**O PAPEL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NA TEORIA DA ACUMULAÇÃO E
DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA EM A *PRODUÇÃO CAPITALISTA*
DO ESPAÇO, DE DAVID HARVEY**

EVERALDO BATISTA DA COSTA,
Aluno do Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana da USP /
Mestrado em Geografia
everaldo.costa@usp.br

Em *A produção capitalista do espaço*, Harvey reúne sete ensaios produzidos ao longo de trinta anos de estudos em geografia. O período que distancia a publicação de cada texto não prejudica a concatenação das idéias para a homogeneização da obra; cada ensaio apresenta-se interligado aos demais no que diz respeito a seus conteúdos de cunho essencialmente metodológicos, que explicitam um cabedal teórico para pesquisadores em ciências humanas, sobretudo em Geografia. Com uma abordagem fundamentalmente marxiana, Harvey trata, principalmente, do papel do Estado, da acumulação de capital, das lutas de classes, do processo de urbanização e da renda monopolista atrelada à nova lógica mercantil que envolve a cultura, nas cidades.

Através do apanhado das obras de Karl Marx, Harvey esclarece que apesar do descaso deste autor à dimensão espacial referente à teoria da acumulação, no modo de produção capitalista, o exame atento de suas obras revela que há o reconhecimento à acumulação de capital num contexto geográfico, desenvolvendo uma abordagem relativa à teoria da localização, em que a “dinâmica está no centro das coisas”. Harvey mostra como a teoria da acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial, de forma que a análise da localização elaborada por Marx fornece um elo entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo.